



“SINDETO”
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon,
Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes,
Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO, REALIZADA AOS DEZENOVE DIAS DE MAIO DE 2023. ABERTURA DA ASSEMBLÉIA: Às nove horas do dia dezoito de maio do ano de dois mil e vinte e três, no endereço acima citado, legalmente convocada, em conformidade com o edital de convocação publicado, no Jornal do Oeste de Toledo, o qual é o maior jornal de circulação da cidade; foram feitas outras formas de divulgações, tais como: colados cartazes de convocação nos maiores mercados da cidade; convocações por meio das mídias sociais: facebook, Instagram e WhatsApp do Sindicato; convites via telefone nas ligações recebidas e feitas; e convites presenciais à todos que estiveram no sindicato para algum atendimento. No jornal foi publicado na sua edição de 09 de Maio de 2023, Sede Social do Sindicato dos Empregados no Comércio de Toledo, endereço acima. Presentes, a Sra. ROSECLER MARISA RHODEN ZORZO, Diretora Presidente em exercício da Entidade, e 37 (trinta e sete) associados e 20 (vinte) não associados, todos com a prerrogativa de exercer o direito de discutir e votar as matérias da ordem do dia, credenciados em lista própria, considerando cumpridas as determinações legais, informou que os trabalhos estavam instalados providenciando de imediato a leitura do Edital de Convocação SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO PARANÁ

Rua: Souza Naves, 209 – Centro – TOLEDO - PARANÁ **EDITAL DE CONVOCACÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** A Presidente da Entidade supra, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e a Legislação vigente, **CONVOCA** os Senhores Delegados-Representantes em condições de votar e os comerciários dos municípios representados pelo Sindicato, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que se realizará no dia 19 (DEZENOVE) DE MAIO DE 2023, às 18h00 (DEZOITO HORAS), no **RESTAURANTE NONOS**, situada na Rua Souza Naves, 209 – Centro, na Cidade de Toledo-PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: A) Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia anterior; B) Autorização por voto secreto para a Diretoria negociar com as categorias econômicas CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO E ACORDOS COLETIVOS EM GERAL, Piso Salarial e fixação da Taxa Negocial. Bem como, CCTs para os trabalhadores inorganizados em sindicato dos municípios de CÉU AZUL, ENTRE RIOS DO OESTE, GUAÍRA, MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MERCEDES, NOVA SANTA ROSA, OURO VERDE DO OESTE, PATO BRAGADO, QUATRO PONTES, SANTA HELENA, SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, SÃO PEDRO DO IGUAÇU, TOLEDO e VERA CRUZ DO OESTE, representados por este Sindicato, com data-base em 1º de Junho, e também, a aprovação do ROL de reivindicações da categoria, conforme base supracitada. C Outras reivindicações de interesse da classe; O “quorum” para validade da Assembleia dependerá do comparecimento e votação, em primeira convocação, no horário acima, de 2/3 (dois terços) dos Delegados-Representantes da entidade e, em segunda convocação, uma hora após, ou seja, às 19h00 (dezenove horas) com 1/3 (um terço) dos mesmos. Toledo, 09 DE MAIO DE 2023. ROSECLER MARISA RHODEN ZORZO – Presidente

LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLÉIA ANTERIOR: Após leitura, colocada em discussão a ata da assembleia anterior foi aprovada por unanimidade. -----

AUTORIZAÇÃO PARA A DIRETORIA NEGOCIAR COM AS CATEGORIAS ECONÔMICAS CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO PARA OS TRABALHADORES REPRESENTADOS POR ESTA ENTIDADE, COM DATA-BASE EM 1º DE JUNHO:

A Senhora Presidente da mesa acolheu algumas opiniões sobre o referido assunto onde alguns associados expuseram suas sugestões, e após amplo debate o item “B” da Ordem do Dia, foi colocado em votação por escrutínio secreto, tendo sido usadas cédulas com as inscrições “SIM” e “NÃO” e, ao final, feita a contagem dos votos, o escrutinador declarou que o número de cédulas coincidia com a relação/folha de votantes, sendo aprovado por 64 (sessenta e quatro) votos o referido item. -----

FIXAÇÃO DA TAXA NEGOCIAL: Fixou-se a Taxa Negocial, em favor do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO, no valor equivalente a 02 (DOIS) dias de remuneração “per capita”, a ser descontada de todo empregado da categoria, na folha de pagamento dos meses subsequentes ao fechamento da CCT e recolhida até o décimo dia do mês seguinte ao desconto em folha do trabalhador. Em caso de não recolhimento até a data aprazada, o empregador

R.



"SINDETO"

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Neves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

arcará com o ônus, acrescido da multa estabelecida no Artigo 600 da CLT; Será obrigatório o desconto da Taxa Negocial dos novos empregados admitidos na empresa após a data-base (JUNHO/2022) com o prazo de 10 (DEZ) dias para o recolhimento, desde que não tenha recolhido no emprego anterior; Poderá o trabalhador opor-se ao desconto da taxa, desde que o faça pessoalmente junto ao Sindicato profissional, até 10 (dez) dias antes do primeiro pagamento salarial reajustado pela presente C.C.T.. Colocado em votação, por escrutínio secreto, tendo sido usadas cédulas com as inscrições "SIM" e "NÃO" e, ao final, feita a contagem dos votos, o escrutinadora declarou que o número de cédulas coincidia relação/folha de votantes, sendo aprovado por 64(sessenta e quatro) votos o referido item "A" da Ordem do Dia. -----

RATIFICAÇÃO DA MENSALIDADE DOS ASSOCIADOS: Ratificou-se conforme ata do mês de Outubro 2019, no que diz respeito ao valor da mensalidade onde deixa de ser de R\$ 10,00 PARA R\$ 4,00 MENSAIS PARA O ASSOCIADO, Colocado em votação, por escrutínio secreto, tendo sido usadas cédulas com as inscrições "SIM" e "NÃO" e, ao final, feita a contagem dos votos, o escrutinadora declarou que o número de cédulas coincidia relação/folha de votantes, sendo aprovado por 64 (sessenta e quatro) votos o referido item.

ESTIPULAÇÃO DE PISO SALARIAL PARA AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

01. REAJUSTE SALARIAL E AUMENTO REAL: Em 1º DE JUNHO DE 2023, haverá a recomposição do poder aquisitivo dos salários dos integrantes da categoria pela aplicação do INPC acumulado no período de 01/06/2022 a 31/05/2023, acrescido do percentual de 3% (três por cento) de ganho real. 1.1. Aos empregados admitidos após 1º DE JUNHO DE 2022, será garantido reajuste salarial proporcional ao tempo de serviço, contado do mês da admissão até MAIO/2023, respeitando o critério estabelecido acima

02. PISO SALARIAL: Em 1º DE JUNHO DE 2023, haverá a recomposição do poder aquisitivo dos salários dos integrantes da categoria pela aplicação do INPC acumulado no período de 01/06/2022 a 31/05/2023, acrescido do percentual de 3% (três por cento) de ganho real. 2.1. Aos empregados que exercem a função de vendedor ou funções assemelhadas, padeiro ou assemelhados e os empregados que exercem as funções de caixa fica assegurado piso salarial mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

03. ABONO SALARIAL: Os empregadores concederão aos trabalhadores abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho um abono salarial correspondente a uma remuneração do empregado, a ser pago juntamente com o salário do mês de outubro/2023, em comemoração ao dia do comerciante. PARÁGRAFO ÚNICO – O referido abono não integrará a remuneração do empregado para quaisquer efeitos;

04. CORREÇÃO DOS SALÁRIOS E PISOS SALARIAIS: Todos os salários, bem como os valores dos pisos salariais, serão corrigidos nas mesmas épocas e pelos mesmos percentuais de reajustes aplicáveis ao salário mínimo;

05. GARANTIA DE VALOR AO PISO SALARIAL: Fica estabelecida garantia de valor mínimo ao piso salarial da categoria, igual ao piso regional vigente no Estado do Paraná acrescido de 20% (vinte por cento)

06. REFEITÓRIO: Os empregadores permitirão aos seus empregados nos períodos de refeições e descansos, a permanência no recinto do estabelecimento, devendo manter local apropriado para refeição;

07. MÉDIA DE COMISSIONISTAS: A parte variável do salário dos comissionistas para fins de cálculo de férias, gratificação natalina (13º salário) e verbas rescisórias, será corrigida monetariamente pela aplicação do INPC/IBGE acumulado no período, conforme tabela a ser fornecida pela Entidade Sindical dos Empregados. Na hipótese de extinção do INPC - ÍNDICE

R.



"SINDETO"
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, adotar-se-á o IGP-M - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-los.

7.1. No cálculo das férias e verbas rescisórias será considerada a média das comissões atualizadas pelos mecanismos aqui indicados, nos 12(doze) meses anteriores ao período de fruição ou pagamento.

7.2. No cálculo da gratificação natalina (13º salário) será a média das comissões, atualizadas, no ano de referência.

7.3. **GESTANTES COMMISSIONISTAS:** Para o pagamento dos salários correspondentes ao período de licença maternidade, ou indenização pela estabilidade, a remuneração a ser observada corresponderá à média das comissões dos 12(doze) últimos meses antecedentes a licença ou período contratual transcorrido, se inferior a 12 (doze) meses, utilizando-se para a atualização, o mesmo mecanismo descrito no "caput" desta cláusula.

7.4. No verso do recibo de pagamento de 13º salário e de férias deverá constar relação mês a mês das comissões auferidas no ano de referência ou no período aquisitivo, respectivamente, com a indicação dos índices usados mês a mês para a correção;

08. **RELAÇÃO DE VENDAS:** As empresas deverão fornecer o valor total de suas vendas no mês, para comprovação da base de cálculo das comissões, repouso semanal, fundo de garantia e contribuição previdenciária.

08.1 - **VENDAS PARA LIQUIDAÇÃO FUTURA:** Havendo demissão de vendedores comissionistas com créditos a receber de vendas parceladas a prazo, nos termos do Art. 466 da CLT, será obrigatório no ato da Rescisão de Contrato de Trabalho um relatório pormenorizado de tais prestações futuras com o valor e a data da liquidação de cada parcela;

08.2 - **FATURAMENTO:** As comissões reputam-se integralmente devidas na data do faturamento, independentemente de eventual prazo ou parcelamento no recebimento por parte do empregador;

08.3 - **PAGAMENTO DE COMISSÕES:** Quando a empresa proceder a vendas no sistema direto, pela diretoria e sem a intermediação de seus vendedores, deverá pagar as comissões correspondentes quando o empregado tiver exclusividade de área, setor ou produto ou rateá-las entre os vendedores caso inexistir essa exclusividade;

08.4 - **REPOSIÇÃO, DECORAÇÃO E BALANÇO:** O trabalho em reposição ou balanço de estoques, organização ou decoração de "stand", setores ou do estabelecimento será desenvolvido de preferência após o horário de atendimento ao público; não sendo possível, a remuneração das horas correspondentes a esse trabalho será calculada e paga pela média das comissões auferidas durante os três meses anteriores;

09. **COMISSÃO DE COBRANÇA:** Assegurar aos vendedores direito à comissão de 10%(dez por cento) sobre as cobranças que realizarem, respeitadas as taxas já em vigor, se superiores, desde que o contrato não estipule obrigatoriedade de cobrança. (Adaptação do Precedente 015 do TST);

PARÁGRAFO ÚNICO - Os empregados que se utilizarem de veículo automotor de sua propriedade a serviço do empregador serão indenizados nos seguintes valores: carro de passeio/camionetes/minivans - R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) o quilômetro rodado, motos - R\$ 0,90 (noventa centavos) o quilômetro rodado; valor esse que será pago mensalmente em folha de pagamento e compreende os custos com manutenção, depreciação, seguros, impostos e combustível, não incidindo na base de cálculo de qualquer verba trabalhista.

10. **JORNADA DE TRABALHO:** Nos termos do artigo 3º da Lei 12.790 de 14/03/2013, a jornada de trabalho será de 08(oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira e de 04(quatro) horas aos sábados, respeitado o limite semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado integralmente o trabalho em domingos e feriados, salvo negociação específica com as entidades sindicais;



"SINDETO"
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon,
Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes,
Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

- 11. PRORROGAÇÃO - INTERVALO PRÉVIO:** Qualquer que seja o regime de prorrogação de trabalho em horas extras após o término do período normal, será concedido 15(quinze) minutos no mínimo para repouso e lanche, sem compensação;
- 12. DIREITO AO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO:** No caso do empregado chegar atrasado ao serviço e o empregador permitir seu trabalho neste dia, fica assegurado o repouso semanal remunerado;
- 13. QUEBRA DE CAIXA:** Aos empregados que exerçam a função de caixa ou serviços assemelhados, haverá remuneração mensal de 30%(trinta por cento) sobre o piso salarial, a título de "Quebra de Caixa".
- 14. FUNÇÃO** – Nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.790 de 14/03/2013, na admissão deverá ser especificada a função para a qual o empregado está sendo contratado, com anotações no registro de empregados e CTPS, sendo vedada a admissão de trabalhadores para exercício de funções designadas como de "serviços gerais" ou outras denominações semelhantes;
- 15. ASSENTOS:** Haverá assentos para os empregados nos locais de trabalho que possam ser utilizados nas pausas verificadas na atividade e nos intervalos de atendimentos de clientes;
- 16. INÍCIO DO PERÍODO DE GOZO DAS FÉRIAS:** O início de gozo das férias não poderá coincidir com sextas, sábados, domingos, vésperas de feriados e feriados, sob pena de ser devido em dobro o pagamento correspondente a esses dias. (Adaptação do Precedente 100 do TST);
- 17. FÉRIAS DO ESTUDANTE:** O período das férias do empregado estudante coincidirá com o de suas férias escolares;
- 18. ABONO DE FALTAS - FILHOS:** Os empregados terão abonadas as faltas para acompanhamento de enfermidade ou tratamento à saúde de seus filhos menores, comprovados por atestado médico. (Adaptação do Precedente 095 do TST);
- 19. DECLARAÇÃO DE DISPENSA DO EMPREGADO:** Ao empregado despedido, o empregador deverá entregar declaração do motivo determinante, sob pena de presunção de injusta despedida (Adaptação do Precedente Normativo nº 47/TST);
- 20. CRECHES:** As empresas propiciarão ou manterão convênios com creches para guarda e assistência dos filhos de seus empregados até 06(seis) anos de idade, de acordo com o inciso XXV, Art. 7º, da Constituição Federal. (Adaptação do Precedente 022 do TST);
- 21. COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA OU ACIDENTE:** A empresa complementarará o valor do auxílio-doença ou acidente pago pela Previdência Social até o limite da remuneração que deveria estar sendo percebida se em serviço ativo estivesse o obreiro (Artigo 63, § único, Lei Nº 8.213/91).
- 22. INDENIZAÇÃO - PREJUÍZOS:** Toda empresa que causar prejuízo ao empregado ou ex-empregado, desde que devidamente comprovada sua negligência ou falha intencional pelo órgão competente (INSS ou CEF), no que diz respeito ao recebimento de auxílio doença previdenciário, pensão ou PIS, por informação incorreta ou falta de recolhimento, indenizará diretamente o prejudicado no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas;
- 23. ABONO DE APOSENTADORIA:** Aos empregados que se aposentarem por tempo de serviço, conforme parâmetros da Previdência Social, será pago um abono equivalente ao último salário nominal recebido pelo empregado. Se houver desligamento, receberá na rescisão contratual e, se optar por continuar trabalhando, será lançado em folha de pagamento, nas seguintes proporções, em função do seu tempo de trabalho na empresa: A) mais de 05(cinco) anos - 01(um) salário; B) mais de 08(oito) anos - 02(dois) salários; C) mais de 12(doze) anos - 03(três) salários; D) mais de 16(dezesseis) anos - 04(quatro) salários; E) mais de 20(vinte) anos - 05(cinco) salários; F) mais de 24(vinte e quatro) anos - 06(seis) salários;



"SINDETO"
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon,
Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes,
Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

- 24. COMPROVANTE DE PAGAMENTO:** Obrigatoriedade de fornecimento, pelas empresas, aos empregados, de envelope de pagamento ou contracheque, discriminando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos efetuados, inclusive valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 25. CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO:** Para efeito de aplicação dos benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, serão computados no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, os períodos de trabalho anteriormente prestados à empresa do mesmo grupo empresarial e da mesma categoria econômica;
- 26. DIFERENÇAS SALARIAIS:** As diferenças devidas à título de férias, 13º salário ou ressalvas de rescisão, deverão ser quitadas até o 5º(quinto) dia, após a publicação oficial do índice de correção salarial;
- 27. MULTA - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO:** Estabelecer multa de 10%(dez por cento) sobre o saldo salarial na hipótese de atraso no pagamento de salário até 20(vinte) dias e de 5%(cinco por cento) por dia no período subsequente. (Precedente 072 do TST);
- 28. UNIFORMES E INDUMENTÁRIA:** Quando o empregador exigir de seus empregados a utilização de uniformes ou qualquer tipo de indumentária, inclusive maquiagem, para o exercício da função ou trabalho, deverá fornecê-los gratuitamente. (Precedente 115 do TST);
- 29. HORAS EXTRAS:** Respeitadas as disposições do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 12.790 de 14/03/2013, na ocorrência de trabalho extraordinário, o adicional das horas extras será de, pelo menos, 100%(cem por cento), tanto para salários fixos quanto comissionistas, não podendo exceder de 02 (duas) horas por jornada, sob pena de as excedentes serem pagas com adicional de 200% (duzentos por cento);
- PARÁGRAFO ÚNICO** - Será pago descanso semanal remunerado (DSR) sobre as horas extras, conforme Lei nº 7.415/85 e Súmula 172 do TST, sendo dividido o número de horas extras pelos dias úteis e multiplicado pelos números de domingos e feriados do mês de competência;
- 30. CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS:** A média das horas extras e de seus acréscimos específicos deverá integrar a remuneração para efeitos do 13º salário, férias, indenização de férias (Artigo 7º, XVII da Constituição Federal), aviso prévio, da indenização por tempo de serviço, da indenização adicional e dos descansos semanais remunerados, além de refletir no FGTS, e será calculada multiplicando-se o número médio mensal das efetivamente prestadas, pelo valor unitário do último mês, já incluído o adicional correspondente;
- 31. MÃO-DE-OBRA LOCADA:** Fica proibida a contratação de mão-de-obra locada, ressalvadas as hipóteses previstas nas Leis nº 6.019/74 e 7.102/83;
- 32. REFEIÇÃO:** As empresas se obrigam a fornecer aos empregados almoço (refeição) ou vale-refeição, nos termos do Programa Nacional de Alimentação (Lei nº 6.321, de 14 de Abril de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 78.676, de 08.11.76), com limite mínimo diário de 10% (dez por cento) do piso salarial;
- 33. INTERVALOS:** Os intervalos de quinze minutos para lanches serão computados como tempo de serviço na jornada diária do empregado;
- 34. TRABALHO APÓS AS 19:00 HORAS:** Os empregados que laborarem após as 19h00(dezenove horas) terão direito a refeição ou pagamento em dinheiro equivalente a 5%(cinco por cento) do piso salarial, por dia;
- 35. RAIS:** As empresas se obrigam a encaminhar à entidade sindical dos trabalhadores, uma via de sua RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, na mesma ocasião em que façam a entrega das demais aos órgãos oficiais competentes. (Adaptação do Precedente 111 do TST);

D.



"SINDETO"

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Recônchecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

36. FERIADOS: Fica vedado o trabalho em feriados, sendo considerados feriados, além daqueles fixados em Lei Federal, Estadual e Municipal, a terça-feira de Carnaval e o dia da Emancipação Política do Paraná (19 de dezembro);

37. FUNDO DE GARANTIA: No ato de homologação ou de quitação de rescisões de contrato de trabalho, a empresa deverá fornecer ao empregado o extrato da conta do FGTS constatando a situação dos depósitos e rendimentos do bimestre imediatamente anterior ao desligamento do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO - No ato da homologação a empresa deverá trazer comprovantes salariais dos últimos 12(doze) meses;

38. ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA: As empresas concederão a todos os seus empregados plano e/ou seguro de saúde, com cobertura integral.

§ 1º - O valor pago pela empresa, a título de Plano de Saúde não tem caráter salarial, não integrando a remuneração do empregado para nenhum efeito legal e sim como bonificação/indenizatória.

§ 2º - A importância despendida com plano de saúde é dedutível do Imposto de Renda, na forma da legislação aplicável, tanto da pessoa jurídica quanto da pessoa física;

39. ANUÊNIOS: A todo empregado componente da categoria, fica assegurado o recebimento de anuênio correspondente a 1% (um por cento), de sua remuneração há cada 5 anos, de serviços completado ao mesmo empregador;

40. ATESTADOS DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS: O empregador é obrigado a fornecer atestados de afastamento e salários ao empregado demitido. (Precedente 008 do TST);

41. RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS: As empresas encaminharão à entidade profissional cópia das guias de Contribuição Sindical e Assistencial, com a relação nominal dos empregados e respectivos salários, no prazo máximo de 30(trinta) dias após o desconto. (Precedente 041 do TST);

42. FORMULÁRIOS À PREVIDÊNCIA: Quando da solicitação pelo empregado do preenchimento de formulários relativos à concessão de benefícios previdenciários vinculados à informação inerente ao período de trabalho na empresa, mesmo após a rescisão contratual, o empregador não poderá deixar de fazê-lo sob pena de indenização dos prejuízos decorrentes da negativa de fornecimento;

43. CONTROLE DE FREQUÊNCIA AO TRABALHO: As empresas utilizarão obrigatoriamente no final do mês controles de frequência, mediante livros, cartões ou fichas-ponto, inclusive aos empregados que prestam serviço externo.

43.1 - PONTO-ELETRÔNICO - As empresas que adotarem o sistema de ponto eletrônico (REP) deverão utilizar equipamentos destinados exclusivamente à marcação de ponto, não sujeitos a restrições de registro, marcações automáticas ou modificações das anotações realizadas, e que emitam comprovante da marcação efetuada pelo empregador, nos termos da Portaria MTE 1510/2009;

44. DIA DO COMERCIÁRIO: No dia 30 de Outubro, Dia do Comerciário;

PARÁGRAFO ÚNICO - Será concedido no mês de Outubro, um abono de 1% (um por cento) do salário percebido naquele mês, pela Comemoração ao Dia do Comerciário; ou um vale alimentação.

45. BASE TERRITORIAL: O presente instrumento alcança todos os contratos de trabalho entre os integrantes das categorias profissionais e econômicas, constantes da base territorial da Entidade Sindical dos Empregados, nos municípios de CÉU AZUL, ENTRE RIOS DO OESTE, GUAÍRA, MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MERCEDES, NOVA SANTA ROSA, OURO VERDE DO OESTE, PATO BRAGADO, QUATRO PONTES, SANTA HELENA, SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, SÃO PEDRO DO IGUAÇU, TOLEDO e VERA CRUZ DO OESTE;

R.



"SINDETO"

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

- 46. DIVULGAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO:** As empresas ficam obrigadas a manter em quadro de avisos uma cópia da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor;
- 47. ACESSO DE DIRIGENTE SINDICAL À EMPRESA:** Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais às empresas, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político-partidária. (Adaptação do Precedente 091 do TST);
- PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas com mais de 10(dez) empregados designará local adequado para que a entidade sindical possa se reunir com os trabalhadores;
- 48. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS:** Aos empregados que operam entregas de mercadorias/condicional, será garantido um seguro de acidentes pessoais igual a 15(quinze) vezes o piso salarial da categoria;
- 49. LICENÇA PATERNIDADE:** Será concedida licença paternidade de 10 (dez) dias para todos os empregados homens, a contar da data do nascimento ou adoção, sob pena de pagamento de salário dos dias correspondentes em dobro;
- 50. EMPREGADO PORTADOR DO VÍRUS HIV E CANCER – GARANTIA DE EMPREGO:** Ao empregado portador do vírus HIV ou CANCER, mesmo que não tenha contraído a doença dele resultante do emprego, fica assegurado garantia de emprego, não podendo ser demitido salvo por falta grave.
- 51. RETORNO DE FÉRIAS:** Fica vedada a dispensa de empregados nos 30(trinta) dias subsequentes ao retorno das férias;
- 52. RETENÇÃO DA CTPS - INDENIZAÇÃO:** Será devida ao empregado a indenização correspondente a 1 (um) dia de salário, por dia de atraso, pela retenção de sua carteira profissional após o prazo de 48 horas. (Precedente Normativo nº 98/TST);
- 53. DOCUMENTOS:** Em todo e qualquer documento em que o empregado colocar sua assinatura, será entregue a este, segunda via ou fotocópia;
- 54. ANALFABETOS – PAGAMENTO DE SALÁRIOS:** O pagamento do salário ao empregado analfabeto deverá ser efetuado na presença de duas (2) testemunhas;
- 55. MENSALIDADES SINDICAIS:** As empresas efetuarão os descontos, em folha de pagamento, das mensalidades dos associados do Sindicato Profissional, mediante autorização expressa dos mesmos, repassando ao Sindicato os valores no prazo de cinco (30) dias úteis;
- 56. CARGA E DESCARGA DE MERCADORIAS:** Observadas as disposições do artigo 2º da Lei nº 12.790 de 14/03/2013, fica proibida a utilização de vendedores para carga e descarga de mercadorias vindas de fornecedores e de outras unidades da empresa;
- 57. DIREITO A RECUSA:** Não será entendida como infração disciplinar ou de qualquer espécie, a negativa de empregado assinar como testemunha de aplicação de punição a colega de trabalho;
- 58. REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE COMERCÁRIO:** Os integrantes das categorias econômicas representadas deverão observar o disposto na Lei nº 12.790/2013, que trata da regulamentação do exercício da profissão de comerciário;
- 59. FUNDO DE SOLIDARIEDADE PREVIDENCIÁRIO:** Institui-se no âmbito do comércio varejista o "Fundo de Solidariedade Previdenciário" voltado para prestar assistência financeira, em caráter emergencial, aos empregados devidamente cadastrados no sistema, e que estejam passando por dificuldades econômicas decorrentes de afastamento para tratamento de saúde, durante o período em que estiverem sem cobertura pela Previdência Social.
- 60. VIGÊNCIA:** As cláusulas econômicas (01, 02, 45 e 47) terão vigência de 12 (doze) meses, de 01 (um) DE JUNHO DE 2022 (dois mil e vinte e dois) a 31 (trinta e um) DE MAIO DE 2023 (dois mil e vinte e três) e as demais cláusulas vigência de 24 (vinte e quatro) meses, de 01 (um) DE JUNHO DE 2022 (Dois mil e vinte e dois) a 31 (trinta e um) DE MAIO DE 2024 (dois mil e vinte e quatro), ressalvada a hipótese de alteração substancial das condições sociais, econômicas ou de

B



"SINDETO"

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

trabalho no País, quando as partes deverão se reunir para analisá-las e estabelecer novo instrumento coletivo de trabalho.

61. CONTRATO DE TRABALHO – INTERMITENTE: Fica proibida a contratação de empregados por contrato de trabalho intermitente, visto tratar-se de modalidade contratual incompatível com o disposto na Lei 12.790/2013, a qual regulamenta o exercício da profissão de comerciante.

62. CONTRATO DE TRABALHO – TERCEIRIZAÇÃO: Caso o empregador opte por se utilizar de empregado terceirizado, o enquadramento sindical deste deverá ocorrer de acordo com a atividade preponderante do tomador de serviços.

63. RETORNO DE FÉRIAS: Fica vedada a dispensa de empregados nos 30 (trinta) dias subsequentes ao retorno das férias. Em caso de concessão de férias de forma parcelada, o empregado não poderá ser dispensado até que se completem 30 dias após o último período concessivo;

64. CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - É lícita a autorização coletiva prévia e expressa para o desconto das contribuições sindical e Taxa Negocial Reversão assistencial, mediante assembleia geral, nos termos do estatuto, se obtida mediante convocação de toda a categoria em caso de convenção coletiva de trabalho, ou de todos os empregados das empresas signatárias em caso de acordo coletivo de trabalho, realizada especificamente para esse fim, independentemente de associação e sindicalização;

65. SEGURO DE VIDA: Fica assegurado, gratuitamente o seguro de vida a todo integrante da categoria, com indenização de até 15(quinze) vezes o maior piso do salário da categoria;

66. PENALIDADES: Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas acordadas, ficam os infratores obrigados ao pagamento de multa igual a 01(um), maior piso salarial da categoria, que reverterá em favor do prejudicado, seja o empregado, sejam as entidades sindicais convenentes;

67. FERIADO MUNICIPAL: Fica estabelecido que no dia do aniversário municipal a mão-de-obra do trabalhador não poderá ser utilizada após das 18:00 horas.

68. MENSALIDADE – PORTAL DO COMERCIÁRIO - Ficam obrigados os empregadores a custear o pagamento da mensalidade necessária ao acesso dos empregados ao Portal do Comerciante, através do qual os mesmos terão benefícios diversos, tais como, cursos, mercado de trabalho e informações do mundo do trabalho.

69. DIAS NORMAIS: Horas extras, as horas laboradas que excederem a 8ª diária, e não ultrapassou a 10ª diária, serão remuneradas com acréscimo de 90% (Noventa por cento) calculado sobre o piso da categoria.

70. PAGAMENTO DE SALÁRIOS: os pagamento de salários e verbas rescisórias, deverá ser efetuada em moeda corrente nacional, ou ser depositada em conta bancária nominal ao empregado.

71. ESTABILIDADE: Fica assegurada aos empregados a estabilidade no emprego pelo período de vigência da presente convenção coletiva de trabalho.

72. AUXÍLIO SOCIAL: As empresas efetuarão o recolhimento de importância fixa no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por empregado, para instituição e manutenção de fundo social, a ser gerido pela entidade dos trabalhadores, o qual terá por finalidade específica o custeio de benefícios em favor dos trabalhadores componentes da categoria, com vistas à melhoria da sua condição social. Dentre outras, as destinadas ao seu aperfeiçoamento profissional e cultural, à assistência na área da saúde, tanto médico quanto odontológica, seguros de vida e acidentes, e auxílio funeral,

73. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO – CONVÊNIOS BANCÁRIOS: Os empregados que, no exercício da função de operadores de caixa, recebam valores provenientes de convênios bancários farão jus a uma remuneração mensal adicional correspondente a 15% (quinze por cento) do valor do



"SINDETO"
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

maior piso salarial da categoria, a ser paga sob a rubrica de gratificação de função; ou vale alimentação;

74. FUNÇÃO – Nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.790 de 14/03/2013, na admissão deverá ser especificada a função para a qual o empregado está sendo contratado, com anotações no registro de empregados e CTPS, sendo vedada a admissão de trabalhadores para exercício de funções designadas como de “serviços gerais” ou outras denominações semelhantes;

75. ABONO DE FALTAS - CÔNJUGE: Os empregados terão abonadas as faltas para acompanhamento de tratamento de saúde, em caso de doença grave do cônjuge, comprovada por atestado médico;

76. PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO: Fica estabelecida a possibilidade de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO e as Empresas, para compensação ou prorrogação da jornada de trabalho, observadas as disposições contidas no Título VI da CLT. PARÁGRAFO ÚNICO - É imprescindível a participação da entidade sindical patronal na lavratura dos Acordos Coletivos de compensação e prorrogação, nos termos do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 12.790 de 14/03/2013.

77. QUITAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO: Fica estabelecida a obrigatoriedade de o empregador pagar as verbas rescisórias, dar baixa na Carteira de Trabalho e Previdência Social e proceder à homologação do termo de rescisão contratual nos prazos da lei, sob pena do pagamento de salários até a data do efetivo acerto de contas, sendo computado tal prazo como tempo de serviço para todos os efeitos, além de ser devido o pagamento da multa prevista no Artigo 477, § 8º da CLT seja pelo atraso no pagamento, na baixa da CTPS ou da homologação do termo de rescisão contratual. § 1º - Quando o empregado comissionista for despedido, no verso da rescisão deverá constar relação mês a mês das comissões auferidas com os respectivos índices usados nas correções. No caso de rescisão complementar a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias, após a publicação pelo Governo Federal do índice oficial que a corrigirá. Inadimplido o prazo, incorrerá nas multas acima mencionadas. § 2º - As rescisões de contrato de trabalho poderão ser pagas em dinheiro ou depósito em conta corrente do empregado, mediante comprovação. Pagamentos em cheque visado ou administrativo, somente de segundas-feiras às quintas-feiras. Nas sextas-feiras e vésperas de feriados os pagamentos só serão aceitos em dinheiro. Aos analfabetos os pagamentos só poderão ser efetuados em dinheiro, conforme Artigo 477, § 4º da CLT, e na presença de duas testemunhas; (Adaptação do Precedente 058 do TST); § 4º - No ato da homologação deverá o empregador apresentar também os 06(seis) últimos comprovantes de pagamento mensais; § 5º - O empregado que necessitar locomover-se para cidade diversa daquela que presta serviços para homologar a sua rescisão contratual, terá as suas despesas custeadas pelo empregador, mediante a apresentação de recibo no ato da homologação;

78. MULTA - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO: Estabelecer multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo salarial na hipótese de atraso no pagamento de salário até 20(vinte) dias e de 5% (cinco por cento) por dia no período subsequente (Precedente 072 do TST);

79. ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO: O trabalho perigoso, o trabalho insalubre e o trabalho penoso terão adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário percebido pelo empregado. 79.1. Fica assegurado aos empregados lotados no setor de panificação e açougue, atuando respectivamente, nas proximidades de fornos aquecidos e câmaras frigoríficas, o recebimento de adicional de insalubridade no percentual e condições especificados no “caput”, independente de perícia. 79.2. Excetuadas as funções mencionadas no item anterior, na definição e classificação das atividades perigosas e insalubres será observada a legislação existente. A incidência para o adicional da atividade penosa fica dependente de regulamentação oficial ou de especificação pelas categorias econômica e profissional mediante Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho;



"SINDETO"

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.

Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.

CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

80. CONFERÊNCIA DE CAIXA: A conferência de valores de caixa deverá ser feita na presença do operador do respectivo caixa; sendo este impedido ou impossibilitado de acompanhá-la, não terá responsabilidade pelos erros verificados;

81. FALECIMENTO DE EMPREGADO: No caso de falecimento de empregado, se obrigam as empresas a comunicar tal fato à Entidade Sindical dos Empregados, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do conhecimento do fato, pagando ao dependente mais próximo, mediante comprovação, a seguinte indenização: A) no caso de falecimento do empregado por morte natural ou acidental, não decorrente da relação de trabalho, serão pagos 03 (três) salários nominais do empregado falecido, com garantia mínima de 06 (seis) pisos salariais da categoria vigentes na data do falecimento do empregado; B) no caso de falecimento do empregado por motivo de acidente do trabalho, incluindo o acidente de trajeto, serão pagos 05 (cinco) salários nominais do empregado falecido, com garantia mínima de 08 (oito) pisos salariais da categoria vigentes na data do falecimento do empregado;

82. DO EMPREGADO PORTADOR DE DOENÇA GRAVE – GARANTIA DE EMPREGO: Ao empregado portador de doença grave, tal como HIV, câncer ou sequelas de Covid, fica assegurado garantia no emprego, não podendo ser dispensado salvo em caso de expressa justificativa ou de falta grave praticada pelo empregado;

83. REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE COMERCIÁRIO: Os integrantes das categorias econômicas representadas deverão observar o disposto na Lei nº 12.790/2013, que trata da regulamentação do exercício da profissão de comerciário;

84. VALE ALIMENTAÇÃO: As empresas fornecerão diretamente aos seus trabalhadores, vale alimentação no valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) por mês de efetivo trabalho. Referido benefício poderá ser pago em numerário, diretamente em folha de pagamento, ou mediante cartão alimentação, ficando certo, em qualquer caso, que não tem natureza salarial a parcela, nem incidências ou reflexos de quaisquer naturezas;

85. DISPENSA DO AVISO PRÉVIO PARA A MÃE TRABALHADORA: A empregada que se demitir no prazo de até 90 (noventa) dias do retorno da licença maternidade ficará dispensada do cumprimento de aviso prévio, sem prejuízo do salário;

86. PROTEÇÃO DE DADOS: É obrigação dos empregadores garantirem a proteção aos dados pessoais dos empregados, nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);

87. AFASTAMENTO PREVIDENCIÁRIO – ADIANTAMENTO DO BENEFÍCIO: Em caso de afastamento do empregado com pedido junto ao INSS para pagamento de auxílio - doença ou auxílio - doença acidentário, a empresa pagará ao empregado o valor de 1 (um) salário mínimo mensal a título de adiantamento do benefício previdenciário enquanto este não for implantado pelo INSS, com posterior restituição, pelo empregado ao empregador, dos valores por ele recebidos, mediante desconto nos salários devidos após a cessação do benefício ou então nas verbas rescisórias;

88. LIMBO PREVIDENCIÁRIO: Sempre que o empregado retornar ao trabalho após alta do INSS e o médico do trabalho discordar da alta previdenciária, as empresas arcarão com o pagamento do salário mensal devido ao empregado, até novo afastamento do empregado mediante efetivo recebimento de novo benefício ou retorno ao trabalho;

89. CUSTEIO DE BENEFÍCIOS EM PROL DOS EMPREGADOS: na forma da orientação n. 8 da Conalis, as partes negociarão em convenção ou acordo coletivo de trabalho o repasse de verbas para o custeamento de benefícios e serviços aos trabalhadores por intermédio da respectiva entidade sindical profissional, que se responsabiliza pela operacionalização e concessão dos benefícios, de



"SINDETO"
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TOLEDO E REGIÃO.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 10/02/1981. CNPJ: 78.115.524/0001-15.
Rua Souza Naves, 209. FONE: (45) 3252-1399.
CEP.:85.900-160. TOLEDO-PR

Base territorial: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon,
Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes,
Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguçu, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

acordo com critérios previamente fixados na norma coletiva ou no regulamento da entidade associativa.

ENCERRAMENTO DA ASSEMBLÉIA: A Senhora Presidente da mesa dos trabalhos, declarando que nada mais havia a tratar, encerrou a assembleia, sendo lavrada esta ata, a qual, após lida e aprovada, será devidamente assinada, sendo que as listas de presenças fará parte integrante desta. ROSECLER MARISA RHODEN ZORZO - Diretora Presidente em Exercício da Entidade
CPF:680.981.549-04 